



# IMPACTO DA RECESSÃO AMERICANA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Diogo de Figueiredo Moreira Neto

**E**stava em pleno andamento a última reunião anual de 1981 do Conselho Interamericano Econômico e Social quando a Administração Reagan divulgou o seu reconhecimento oficial da existência da recessão nos Estados Unidos da América.

Dentro do quadro já problemático do último decênio, a situação econômica do gigante industrial do mundo livre causa a maior preocupação e talvez possa ser o mais importante tema a que se devam dedicar os estudiosos dos problemas do desenvolvimento e os debates interamericanos no seu Conselho especializado.

Com efeito, uma economia de mais de um trilhão de dólares não entra em recessão sem que transmita ondas de choque a toda a trama de interdependência que caracteriza o mundo atual. Um resfriado americano, já foi dito, será a gripe ou a pneumonia de muitos países; infelizmente, com complicações qualitativamente distintas e repercussões dra-

máticas no quadro da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Todos sabemos que a abundância de recursos nos países industrializados foi a consideração primeira quando se tratou de praticar uma dinâmica política de cooperação para o desenvolvimento. Assim foi no Primeiro Pós-Guerra, com a Primeira Década do Desenvolvimento das Nações Unidas e, a nível continental, com a Aliança para o Progresso.

Vimos, posteriormente, a revisão destas experiências de distributivismo internacional propondo-se que fossem substituídas pela entronização do comércio como o fator necessário e suficiente para garantir a *continuação* do fluxo de recursos; uma solução lógica para que o desenvolvimento prosseguisse, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos próprios países industrializados.

A parêmia *trade not aide* tinha passado a ser a chave e a esperança dos países em desenvolvimento no prosseguimento dos exitosos esforços do Primeiro

Pós-Guerra. Infelizmente, esta chave acabou por não abrir porta alguma e aquela esperança se frustrou: o que apreciámos foi que, à medida em que os países industrializados não se ajustaram à novel competição e, em alguns casos, deixaram de promover a modernização de certos setores obsoletos, se acastelaram em práticas protecionistas, que já pareciam superadas desde o mercantilismo, reintroduzindo-as sob formas mais sofisticadas e, por isto, mais daninhas, no mundo interdependente deste fim de século.

Em conseqüência, e isto também o vimos, não só ficaram prejudicados os países do Sul, aos quais tinha sido prometido o livre comércio, como os próprios países industrializados, vítimas do estancamento e da timidez protecionista que se impuseram, contraindo todos o gremem, que parecia também extinto com a Segunda Guerra Mundial, de uma recessão pandêmica.

Este quadro, marcado sobretudo pela falta de confiança na própria capacidade do homem de vencer os obstáculos opostos pela natureza e pela convivência civilizada e de dúvida quanto à validade dos próprios institutos que possibilitaram no passado, o surto de riqueza nos países desenvolvidos, foi exacerbada pela "teoria do caos", pelas "cassandras" do "crescimento zero" que proliferaram à sombra da crise e têm procurado fundamentar e orientar uma política internacional amedrontada e inane que, tanto na prática como na literatura, tem caracterizado o *Segundo Pós-Guerra*.

A recessão atual dos Estados Unidos parece marcar o clímax deste "Segundo Pós-Guerra"; o pessimismo, o protecionismo, o negativismo, o desespero e a inação construtiva atingem agora o próprio gigante da economia mundial. Es-

peremos que seja o prenúncio de uma reação ansiosamente esperada, uma sorte de crise de transformação.

Os marxistas insistem em que *crise* é um problema capitalista e a interpretam como sinal de mudança ideológica. Não a vemos assim; vêmo-la como um problema de confiança, a Polónia, por exemplo, está em crise (e sequer é capitalista) porque lhe falta confiança nas próprias soluções institucionais que a regem.

Não podemos examinar a repercussão da crise norte-americana na América Latina e no Caribe, regiões ainda mais sensíveis que as demais áreas do Globo, sem ter em mente a necessidade de dar uma interpretação profunda, conceptual, a essa crise. Somente assim é que se pode fundar e justificar uma solução baseada na *confiança* e na *vontade*.

Esta solução, que é possível e pode mesmo estar iminente, será a adoção de um conjunto de posturas para um Terceiro Pós-Guerra, numa era de retomada do *desenvolvimento global*, impulso sumamente desejado e necessário, que depende, mais que de qualquer outro fator, da vontade política.

Já advertia U'Thant: "não são as riquezas que fazem nascer os recursos; são as decisões que fazem nascer os recursos". Aí está a glória da Política e sua última justificação, pois somente a concentração de poder decisório é capaz de produzir modificações objetivas na vida dos povos, paz, riqueza, prosperidade, não dependem tanto da riqueza dos campos e do subsolo mas da *vontade*, que as inventa, cria e dinamiza.

É certo que os Estados Unidos estão imersos em uma crise interna, fustigados pela recessão. O crescimento zero do PNB e os altos índices de desemprego o confirmam. É certo, ainda, que os refle-

xos desta crise, como ondas de choque, são inevitáveis e alcançarão a Europa e o Japão, a Ásia e a África, a América Latina e o Caribe.

E, ainda, como em qualquer onda de choque, o tempo é um importante fator. Não haja ilusão de que o impacto chegará, e mais forte que em 1981, nos países da América Latina e do Caribe, geoeconomicamente mais próximos e dependentes. Trata-se, portanto, desde logo, de projetar e de avaliar o impacto destas ondas de choque.

*Grosso modo*, se para a Europa e o Japão estas repercussões se podem considerar *danosas*, para a América Latina e o Caribe, não serão menos que *desastrosas*. Esta diferença merece consideração pois, dada a vulnerabilidade das economias, a recessão americana pode *diminuir a fatura* na Europa e no Japão mas *aumentará a miséria* neste Continente.

Na Europa e no Japão, *reduzir-se-á* o supérfluo; na América Latina e no Caribe, *continuar-se-á* a sacrificar o essencial. A diferença é sobretudo *qualitativa*: para os países industrializados, a crise é *econômica*; mas para os países em desenvolvimento será *social*, com sequelas políticas. E, se o impacto será grave para os países grandes da Região que já apresentam certa diversificação econômica, imagine-se o catastrófico que será para os pequenos países da América Central e do Caribe, muitos deles sem alternativas e sem colchões de segurança, altamente dependentes do comércio de um ou de poucos produtos exportáveis.

De várias formas será previsivelmente afetada a já precária economia da América Latina e do Caribe mas, sem dúvida, a mais preocupante será o impacto no balanço comercial dos países em desenvolvimento do continente *vis-à-vis* os Estados Unidos. As exigências da generali-

zada dívida externa da Região não tolerariam redução das disponibilidades de moeda forte obtida pela exportação de seus produtos.

Projete-se esta situação em cada país e ter-se-á, em muitos casos, *incríveis* agravantes, como monocultura, falta de insumos, custo de energia etc. Não é crível que sejamos capazes de *evitar* a esta altura, os efeitos projetados da recessão em curso. Deve-se ter, sim, a esperança de que possam ser tomadas as medidas adequadas, revitalizando e acionando o espírito de solidariedade, para que a recessão possa ser combatida solidariamente, pelo *esforço cooperativo*, reduzindo seus impactos e mitigando seus efeitos.

A oportunidade do diálogo hemisférico é, portanto, uma renovação de esperança para os povos da América, desenvolvidos e em desenvolvimento, pois podemos, desta recessão que nos ensombrece a todos, tirar a motivação para criarmos, *como de outras vezes já o fez este Continente*, os instrumentos que nos redimirão e proporcionarão o exemplo construtivo para todo o mundo.

Agora, há crise; trata-se, pois, de paliar seus efeitos; amanhã, de eliminá-la. A XX Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, que se realizará em Caracas em junho deste ano, poderá ser o grande momento para debater estes temas, na esperançosa perspectiva da Assembléia Geral Extraordinária de Cooperação para o Desenvolvimento que se seguirá no final do ano.

O diálogo hemisférico pode e deve preparar a madrugada do Terceiro Pós-Guerra — pois se são as decisões que fazem nascer os recursos, jamais faltou aos homens da América capacidade de tomá-las.



*O Professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto é Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, com os seguintes cursos de especialização: Direito Nuclear, pela Universidade do Estado da Guanabara; Direito Penal Militar, pela Universidade do Brasil; Pós-graduação em Direito Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal; e curso de atualização do Instituto de Política e Direito Público da Universidade de Munique, Alemanha. É Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito Cândido Mendes e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Exerce atualmente a função de Chefe da Seção de Assuntos Políticos do Colégio Interamericano de Defesa, Washington, DC, EUA.*